



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 20/11/2013 17:10:41, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.
 Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0004221-26.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Compra e Venda**
 Requerentes: **Ana Paula Iervolino Barbosa Aarão, Luis Fernando Iervolino Barbosa, Luis Sergio Iervolino Barbosa, Marilena Lerário Iervolino Barbosa e Valeria Iervolino Barbosa Pereira Lopes**
 Requerido: **Raymundo Barbosa Netto**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Marilena Lerário Iervolino Barbosa, Valéria Iervolino Barbosa Pereira Lopes, Ana Paula Iervolino Barbosa Aarão, Luis Sérgio Iervolino Barbosa e Luis Fernando Iervolino Barbosa alegam que são viúva e herdeiros filhos de Raymundo Barbosa Netto. No inventário n. 2.337/12, deste juízo, serão partilhados entre os requerentes um pequeno apartamento situado em São Paulo e uma casa de morada situada na Rua Madre Saint Bernard, 610, objeto da matrícula n. 53.066, do CRI local. Sobre esse imóvel incidem as penhoras registradas sob os ns. 01 e 02 da referida matrícula. Essa casa penhorada parcialmente é bem de família, o que já foi reconhecido nas execuções referidas às fls. 06 e 10. As decisões proferidas pela Justiça Federal ainda não transitaram em julgado. Somente a meação do falecido marido e pai dos demais requerentes é que foi penhorada, por duas vezes. Os outros 50% pertencem à primeira requerente e estão livres e desembaraçados, necessitando vendê-la pois não reúne condições para mantê-la, é demasiadamente grande para uma só pessoa. Os demais requerentes, filhos do inventariado, gostariam que a parte hereditária continuasse garantindo as execuções até



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

a decisão final da Superior Instância confirmando as decisões anteriores de reconhecimento da impenhorabilidade do bem. Querem vender esse imóvel, liberando para a viúva meeira os 50% do produto da venda, enquanto os outros 50% serão depositados no Banco do Brasil S/A substituindo as penhoras registradas sob ns. 01 e 02 da matrícula n. 53.066 do CRI local. Documentos às fls. 23/114.

A União foi cientificada (fl. 122) e não apresentou resposta alguma. Laudo pericial às fls. 131/162. Os requerentes concordaram com o laudo a fl. 167.

É o relatório. Fundamento e decido.

A União foi cientificada do pedido inicial a fl. 122 e não apresentou questionamento algum. Essa omissão certamente é fruto do resultado, em primeiro grau, dado pelo i. magistrado da 2ª Vara Federal de São Carlos, no incidente de exceção de não-executividade atrelado ao feito n. 1600265-70.1998.403.61.15, onde determinou a exclusão do inventariado Raymundo Barbosa Netto, do polo passivo daquela execução fiscal; não foi diferente em relação à r. sentença de fls. 111/114, que acolheu os embargos à execução fiscal opostos pelo inventariado em face da Caixa Econômica Federal, eximindo-o de responsabilidade pelos tributos e contribuições não recolhidos pela empresa da Companhia Brasileira de Tratores, uma coligada da MPL Motores S/A. No feito n. 2005.61.15.000117-3, embargos à execução opostos por Raymundo Barbosa Netto em face da Fazenda Nacional (fls. 70/73), julgados procedentes, o inventariado foi excluído do polo passivo de todas as execuções fiscais que o motivaram a oferecer os embargos, oportunidade em que o imóvel da matrícula n. 53.066 do CRI local foi liberado da penhora.

A matrícula 53.066 cuja certidão consta de fl. 52 confirma que ainda subsistem os registros da penhora que recaiu sobre a meação do inventariado, registros esses de ns. 01 e 02, constrições essas relacionadas às execuções fiscais em trâmite pela Varas Federais de São Carlos, cujas decisões foram anotadas no parágrafo anterior e que estão submetidas ao duplo grau de jurisdição, até aqui não enfrentadas pelo TRF da 3ª Região.

Trata-se de imóvel indivisível. A extinção de condomínio é fundamental para proporcionar aos comunheiros o desfrute dos respectivos valores obtidos com a venda. As penhoras recaíram apenas sobre a MEAÇÃO do inventariado naquele imóvel. A parte cabente à viúva meeira não foi afetada de modo algum por essas constrições. A primeira requerente tem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

atualmente 76 anos de idade. O imóvel foi reconhecido como bem de família e até aqui liberado da constrição. A dimensão do imóvel é significativa, muito além dos padrões da classe média brasileira.

A requerente, viúva meeira, não quer continuar residindo naquele imóvel e por uma razão muito simples: a casa é muito grande e onerosa para ela ali residir e mantê-la.

A venda do imóvel mostra-se oportuna e conveniente. O judicioso laudo pericial de fls. 131/162 apurou que, em 24.9.2013, o imóvel tem como valor de mercado R\$ 1.437.860,00. Os herdeiros-filhos do inventariado dispõem-se a depositar 50% desse valor atualizado desde a data do laudo, à ordem judicial, em substituição às penhoras dos registros 01 e 02 da citada matrícula, até que o E. TRF-3ª Região reexamine as decisões que excluíram o inventariado do polo passivo das execuções fiscais e reconheceram que o imóvel é bem de família, quando então foi declarada a insubsistência das constrições.

O artigo 230, da Constituição Federal, tutela os interesses das pessoas idosas, e convoca a família, a sociedade e o Estado para defenderem a dignidade, bem-estar dos idosos, garantindo-lhes o direito à vida. A requerente, viúva meeira necessita vender o imóvel já, para aplicar o valor de 50% correspondentes à sua meação na aquisição de outro imóvel, assim como dar ao que lhe sobejar a destinação que possa lhe interessar. Está livre para essa finalidade, mesmo porque sua meação não foi atingida por aquelas penhoras. Para alcançar esse fim, faz-se necessária a concessão de alvará para que o imóvel em sua integralidade possa ser vendido, reservando-se os 50% da herança como garantia das referidas execuções fiscais federais até que o TRF-3ª Região reexamine as decisões proferidas nos processos onde ocorreram as penhoras registradas sob nºs 01 e 02 da referida matrícula.

DEFIRO o pedido inicial para que o espólio de Raymundo Barbosa Netto, a ser representado pela viúva meeira Marilena Lerário Iervolino Barbosa, aliene, a quem lhe aprouver, o imóvel situado nesta cidade à Rua Madre Saint Bernard, 610, objeto da matrícula n. 53.066 do CRI local, por valor não inferior a R\$ 1.437.860,00 com reajuste monetário desde 24.9.2013, podendo outorgar escritura definitiva de compra e venda, receber e dar quitação, transmitir posse, jus, domínio, direitos e ações e responder pela evicção, inclusive representar o espólio na Prefeitura Municipal e no CRI local. Os herdeiros-filhos e respectivos cônjuges participarão do ato notarial como intervenientes, dando assentimento a essa outorga. Os 50% do preço da venda ficarão automaticamente liberados em favor da viúva meeira. Os 50% devidos aos herdeiros-filhos deverão ser depositados previamente em juízo como



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

condição para a expedição do instrumento de alvará, que terá como prazo de validade 180 dias. Esse numerário substituirá as penhoras objeto dos registros n. 01 e 02 da matrícula 53.066 do CRI local. Assim que efetivado o depósito à ordem deste juízo, o valor será transferido para a CEF, agência local, para a garantia dos juízos das execuções fiscais referidas nos registros 01 e 02 da matrícula, para que providenciem os mandados de cancelamento dos registros das referidas penhoras. Assim que efetuado o depósito dos valores pertencentes aos 50% dos herdeiros-filhos, a serventia ficará autorizada a expedir o alvará para os fins supra, bem como transferir o dinheiro para CEF, à ordem da Justiça Federal, vinculando esses depósitos às execuções fiscais dos registros 01 e 02 da matrícula 53.066, oficiando àqueles juízos com cópia do respectivo recibo bancário, bem como desta sentença, e solicitando a efetivação, por termo, da sub-rogação, de modo a permitir a expedição de mandado de cancelamento dos registros das penhoras, sendo certo que o dinheiro garantirá aquelas execuções até que as decisões judiciais federais que liberaram da penhora os 50% do imóvel sejam reexaminadas em definitivo pela Superior Instância.

P.R.I.

São Carlos, 25 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA